



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2025

(Do Sr. Marcos Pollon).

Requer informações ao Ministro da SECOM, Sidônio Palmeira, sobre declarações públicas, em que associou adversários políticos do governo a regimes totalitários do passado.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. EX.^a, com base no art. 50 da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, informações ao Ministro Sidônio Palmeira, sobre declarações públicas, em que afirmou que "é isso que tem feito proliferar a extrema-direita no mundo. Ela esteve sumida desde o nazifascismo, ela desapareceu do mapa e agora voltou com a desinformação", associando adversários políticos a regimes totalitários, em especial:

1. **Qual o critério técnico utilizado pela SECOM para classificar determinados grupos ou indivíduos como parte de um movimento de "extrema-direita"? Existe algum parecer técnico ou estudo que comprove essa associação?**
2. **O Ministro Sidônio Palmeira considera adequado usar sua posição ministerial para rotular adversários políticos como "extrema-direita", associando-os a regimes totalitários como o nazifascismo? Em que contexto essas declarações podem ser interpretadas como um abuso de poder?**
3. **A SECOM tem algum documento interno que autorize o uso de recursos públicos ou campanhas de comunicação para atacar ou desqualificar partidos e movimentos de oposição?**
4. **Existe algum controle ou auditoria interna que verifique o uso da estrutura da SECOM para fins políticos partidários, em vez de exclusivamente para a comunicação pública e institucional do Governo?**





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

Apresentação: 03/02/2025 08:10:35.350 - MESA

RIC n.41/2025

- 5. Houve algum tipo de planejamento ou estratégia interna que tenha como objetivo mobilizar a SECOM para a perseguição política de adversários ideológicos ao Governo Federal, com base nas declarações feitas pelo Ministro Sidônio Palmeira?**
- 6. A SECOM tem alguma avaliação sobre os efeitos dessas declarações públicas do Ministro na polarização política do país e no clima de hostilidade entre diferentes grupos políticos e sociais?**
- 7. Em que medida a SECOM tem se preocupado com a pluralidade de vozes e a garantia de liberdade de expressão em suas campanhas? Existe alguma linha oficial que garanta a imparcialidade da comunicação pública?**
- 8. A SECOM considera adequado que um Ministro da Comunicação, que deveria garantir a imparcialidade e transparência da comunicação estatal, use seu cargo para fazer ataques políticos e ideológicos a adversários?**
- 9. Houve algum tipo de reunião ou orientação dada aos servidores da SECOM para que adotassem uma postura agressiva contra certos grupos políticos ou ideológicos? Quais foram os resultados e consequências dessas orientações, se houveram?**
- 10. O Ministro Sidônio Palmeira tem conhecimento de que suas declarações podem gerar a impressão de uso indevido do aparato estatal para fins de repressão política, o que poderia configurar abuso de poder? Quais medidas a SECOM está tomando para evitar tais interpretações?**



CD251501203200



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

Apresentação: 03/02/2025 08:10:35.350 - MESA

RIC n.41/2025

JUSTIFICATIVA

A crescente polarização política no Brasil, especialmente no âmbito das últimas gestões, tem gerado uma série de questionamentos sobre a utilização de órgãos estatais para fins políticos partidários. Recentemente, o Ministro da Secretaria de Comunicação Social (SECOM), Sidônio Palmeira, fez declarações que parecem associar ideologias políticas e grupos de oposição a regimes totalitários, como o nazifascismo, com a alegação de que a "extrema-direita" está retornando ao Brasil através da desinformação. Tais declarações foram feitas no contexto de sua função ministerial e, por isso, levantam sérias questões sobre o abuso de poder e a imparcialidade da comunicação pública do Governo Federal. Por isso, solicitamos esclarecimentos sobre a conduta do Ministro, os critérios adotados pela SECOM e as possíveis consequências de suas declarações no exercício do cargo.

A primeira pergunta que buscamos elucidar é sobre o critério técnico utilizado pela SECOM para classificar adversários políticos como parte da "extrema-direita". Saber se existe um parecer técnico ou estudo que respalde tal classificação é fundamental para entendermos se a decisão da SECOM está ancorada em fundamentos objetivos ou se trata de uma interpretação ideológica do Ministro. Caso tal critério seja nebuloso ou ausente, isso levantaria dúvidas sobre o uso da máquina pública para fins pessoais ou partidários, o que seria extremamente prejudicial à imagem do Governo e ao princípio da imparcialidade administrativa.

A segunda questão diz respeito à adequação das declarações do Ministro Sidônio Palmeira ao seu papel público. O uso de sua posição para rotular adversários políticos e associá-los a regimes totalitários é uma prática que configura, no mínimo, abuso de poder. Discutir se tal conduta é compatível com a função pública que o Ministro exerce é fundamental para averiguar se a SECOM tem sido usada para fins de perseguição política, comprometendo sua função primordial de comunicação institucional.



* C D 2 5 1 5 0 1 2 0 3 2 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

Apresentação: 03/02/2025 08:10:35.350 - MESA

RIC n.41/2025

A terceira pergunta que apresentamos questiona se há algum documento oficial da SECOM que autorize ou formalize o uso de recursos públicos ou campanhas de comunicação para atacar grupos ou indivíduos com perspectivas ideológicas distintas. A existência ou não de tal documento pode ser determinante para averiguar se a estrutura da SECOM está sendo usada de forma legítima ou se está sendo direcionada para fins exclusivamente políticos, o que seria uma clara transgressão dos princípios administrativos de legalidade e eficiência.

Na sequência, buscamos informações sobre a existência de controles ou auditorias internas que verifiquem o uso de recursos da SECOM para fins políticos, em vez de para comunicação pública. A falta de tais mecanismos de controle pode indicar a fragilidade das estruturas de fiscalização interna, permitindo que órgãos do Governo sejam usados em benefício de um único grupo político, em detrimento da pluralidade democrática que o Brasil preza.

Outro ponto de indagação refere-se ao planejamento estratégico da SECOM, que poderia ter como objetivo usar a estrutura governamental para perseguir adversários ideológicos. Se tal planejamento existir, é imprescindível que o Congresso Nacional tenha acesso a ele, para garantir que os atos de governo estejam dentro dos limites da legalidade e da moralidade administrativa. Além disso, é importante saber se a SECOM avalia os impactos dessas declarações na sociedade, como a exacerbada polarização política e a violência política, que têm sido observadas no país.

Além disso, questionamos a SECOM sobre as suas políticas em relação à liberdade de expressão e à pluralidade de vozes, fundamentais para a construção de um Estado democrático. Se a SECOM, enquanto órgão público, estiver adotando práticas discriminatórias ou partidárias, ela estará comprometendo a integridade do sistema democrático e a própria liberdade de manifestação política, princípios previstos na Constituição Federal.

Em seguida, queremos saber se houve algum tipo de reunião ou orientação aos servidores da SECOM para que adotassem uma postura agressiva contra grupos políticos ou ideológicos adversários. Este questionamento busca compreender a origem e a extensão da possível orientação para a utilização da SECOM em um viés ideológico,





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

o que configuraria uma grave violação dos princípios constitucionais da moralidade e impessoalidade na administração pública.

Por fim, é fundamental saber se o Ministro Sidônio Palmeira tem plena consciência dos efeitos de suas declarações, que podem ser interpretadas como abuso de poder e utilização indevida da máquina pública para fins de repressão política. O Ministro precisa esclarecer quais medidas está tomando para evitar interpretações distorcidas de suas palavras, que possam comprometer a imagem da SECOM e da própria administração pública.

Cada uma dessas perguntas é essencial para garantir que o uso da SECOM, como órgão do Estado, esteja dentro dos parâmetros legais e constitucionais. Elas buscam apurar se o Ministro Sidônio Palmeira tem agido dentro de sua competência legal ou se sua conduta ultrapassou os limites do cargo, utilizando recursos públicos de forma indevida. Respostas claras e transparentes são necessárias para que possamos garantir a integridade da comunicação pública, a imparcialidade do Governo e, principalmente, a manutenção da democracia no país.

Certos da compreensão e do compromisso desta Casa com o interesse público, solicitamos a inclusão deste requerimento na pauta de deliberações, para que possamos avançar na busca por respostas e soluções.

Sala das sessões, em 28 de janeiro de 2025.

Deputado Federal Marcos Pollon

PL-MS

Apresentação: 03/02/2025 08:10:35.350 - MESA

RIC n.41/2025

